



Aprovada na reunião plenária do CBH-Piranga, realizada em xx/xx/202x

1 Às 14h30, no dia 15 de abril de 2021 teve início, de forma telepresencial, por meio
2 da plataforma JITS MEET, a 15ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia
3 Hidrográfica do Rio Piranga. Dando início aos trabalhos, a presidente do CBH-
4 Piranga, Sônia Madali, agradeceu e cumprimentou a todos os presentes e sintetizou
5 brevemente os assuntos que serão discutidos na reunião. Na oportunidade, ela
6 esclareceu também, que a plenária estava sendo gravada e transmitida ao vivo no
7 Youtube para acompanhamento da sociedade. Em seguida, a analista da
8 AGEDOCE, Juliana Vilela, fez a leitura da “Carta de Abertura”, contendo instruções
9 para o bom andamento da reunião em ambiente virtual, conforme previsto na
10 Instrução de Serviço do SISEMA e, na sequência, apresentou a pauta da reunião.
11 Prosseguindo, foi passada à verificação de quórum, realizada nominalmente, o qual
12 foi confirmado com o registro de 22 (vinte e dois) conselheiros com direito a voto
13 presentes no momento da chamada. Prosseguindo à pauta, foi passado aos
14 informes sobre a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e
15 elaboração da proposta de Enquadramento para a Bacia do Rio Doce. Para
16 apresentar sobre o tema, foi dada a palavra ao Sr. Roberto Carneiro de Moraes, da
17 Agência Nacional de Águas (ANA). Em sua fala, ele fez um breve relato sobre as
18 razões e etapas do processo, bem como a respeito dos produtos que serão
19 entregues durante a elaboração do Plano. Esclareceu também, que a ANA assumiu
20 a função administrativa e orçamentária do processo, assim como também será
21 responsável pela contratação da empresa que dará o suporte necessário, em função
22 do processo de sucessão da agência, com a saída do IBIO e a entrada da AGEVAP.
23 Após a sua fala, o conselheiro Senisi Rocha solicitou a palavra e perguntou como
24 serão definidos os trechos do rio a serem enquadrados. Em resposta, a Sra. Ana
25 Paula Generino, especialista em recursos hídricos da ANA, se apresentou à plenária
26 e esclareceu que o que define os trechos enquadrados são os usos, ou seja, de
27 acordo com a qualidade em função dos usos pretendidos para aquela área. Ela
28 esclareceu também que há distinção entre classe e enquadramento. O
29 enquadramento é uma meta a ser atingida e/ou mantida e a classe é definida de
30 acordo com a atual situação do rio. Em complementação, o Sr. Roberto Carneiro
31 informou que já existe uma identificação dos trechos impactados e que esse estudo
32 será uma importante ferramenta para definir os trechos que serão mais

Aprovada na reunião plenária do CBH-Piranga, realizada em xx/xx/202x

33 aprofundados. Esclareceu também, que nem todos os trechos poderão ser
34 enquadrados, mas que durante o processo serão verificadas as especificidades de
35 cada bacia para a definição dos trechos com usos e conflitos instalados que serão
36 priorizados. Na sequência, o conselheiro Ronevon Huebra, demonstrou
37 preocupação quanto à definição dos trechos que serão enquadrados, tendo em vista
38 que podem interferir nas políticas que serão adotadas e gerar conflitos entre as
39 partes interessadas dependendo da relação usos pretendidos e classes adotadas.
40 Na oportunidade, o Sr. Eduardo de Araújo, do IGAM, também esclareceu que os
41 usos é que irão definir o enquadramento, sendo que, o uso depende de quem está
42 na bacia e que existe o entendimento de que o processo será planejado de forma
43 progressiva para que possamos alcançar, com o tempo, a meta do rio que
44 queremos. O conselheiro Luiz Claudio Figueiredo, também comentou que a revisão
45 do Plano vai exigir um amplo processo de discussão, que será muito importante,
46 tendo em vista a complexidade do produto. Ele acrescenta também que deverão ser
47 definidas escalas e informações de monitoramento, para a definição dos trechos
48 enquadrados. Finalizando as falas sobre este tema, O Sr. Gaetan Serge Dubois, da
49 ANA, informou que o contrato com a empresa que ganhou a licitação, Engecorps, foi
50 aprovado pela diretoria e que está sendo aguardada a publicação do resultado no
51 diário oficial, para a assinatura do contrato. Prosseguindo à pauta, foi passado para
52 a discussão e votação da ata da 14ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga, sendo
53 dispensada a sua leitura na íntegra, considerando que todos receberam previamente
54 o documento para apreciação. Finalizada a votação, a ata foi aprovada com 21
55 (vinte e um) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção entre os conselheiros presentes
56 no momento da votação. Dando continuidade, foi passado ao 6º item sobre a
57 discussão e votação do Plano Orçamentário Anual (POA). Para tanto, foi passada a
58 palavra ao Sr. André Marques, que fez uma breve explanação sobre o conteúdo do
59 documento, que normatiza a alocação dos recursos destinados ao custeio da
60 entidade equiparada (7,5%). Finalizada a apresentação, a Sra. Juliana Vilela,
61 analista da AGEDOCE, esclareceu que a matéria foi discutida no âmbito da Câmara
62 Técnica Institucional e Legal (CTIL) em reunião conjunta ocorrida no dia 18 de
63 fevereiro, com todos os comitês afluentes do CBH-Doce, e na ocasião, houve a
64 recomendação da CTIL quanto à aprovação do documento. Em seguida, ela

Aprovada na reunião plenária do CBH-Piranga, realizada em xx/xx/202x

65 apresentou a minuta da Deliberação Normativa que aprova o Plano Orçamentário
66 Anual (POA), exercício de 2021, referente à aplicação dos recursos de custeio da
67 entidade equiparada oriundos da cobrança pelo uso da água na porção mineira da
68 Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Na sequência, a matéria foi colocada em votação,
69 sendo aprovada com 22 (vinte e dois) votos favoráveis entre os conselheiros com
70 direito a voto, presentes no momento da votação. Finalizado este item, foi passado à
71 discussão e votação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para 2021-2025.
72 Novamente, foi dada a palavra ao Sr. André Marques que realizou uma
73 apresentação do conteúdo do PAP, cuja formatação foi organizada em consonância
74 com os normativos legais mineiros. Ele explicou que o PAP é o instrumento de
75 planejamento por meio do qual os recursos de investimento (92,5%) arrecadados
76 por meio da cobrança pelo uso da água, em nível estadual, são hierarquizados entre
77 os programas existentes do PIRH, conforme demanda, necessidade e
78 disponibilidade financeira. O documento é organizado em 03 (três) eixos, sendo:
79 Programas e Ações de Gestão; Programas e Ações de Planejamento; e Programas
80 e Ações estruturais. Posteriormente foi apresentada a distribuição dos recursos, por
81 programa, considerando a proposta apresentada pela AGEVAP, que foi amplamente
82 discutida na CTIL e na CTPP, em reunião conjunta, previamente à submissão à
83 plenária. Na sequência, ele enfatizou que o PAP é um instrumento dinâmico, que
84 pode ser alterado conforme a demanda e as necessidades do CBH. Finalizadas as
85 falas e esclarecimentos, a minuta da Deliberação Normativa que aprova o PAP foi
86 colocada em regime de votação, realizada de forma nominal, sendo aprovada com o
87 registro de 17 (dezesete) votos favoráveis entre os conselheiros com direito à voto,
88 presentes no momento da votação. Passado ao último item de pauta, foi iniciada a
89 apresentação e discussão da solicitação de utilização dos 7,5% do saldo
90 remanescente do contrato anterior, com o IBIO, que foi repassado à AGEVAP.
91 Primeiramente, a Sra. Juliana Vilela, fez uma breve contextualização sobre a
92 matéria, esclarecendo que entre 2011 a 2020, o IBIO exercia função de agência de
93 água na bacia do Rio Doce, e após o encerramento do contrato de gestão, o saldo
94 remanescente referente aos recursos da cobrança pelo uso da água foi devolvido
95 aos cofres públicos pelo IBIO e repassado posteriormente à AGEVAP pelo estado,
96 no entanto, sem especificação quanto à parcela de custeio (92,5% ou 7,5%). Nesse

Aprovada na reunião plenária do CBH-Piranga, realizada em xx/xx/202x

97 sentido, foi realizada uma consulta jurídica ao IGAM, cuja resposta trouxe o
98 entendimento de que se trata de um novo contrato, e conseqüentemente, de um
99 novo recurso. Além disso, houve também o entendimento de que a matéria deveria
100 ser discutida pelo comitê, sendo levada, primeiramente à diretoria executiva, e
101 posteriormente à reunião conjunta das Câmaras Técnicas Institucionais e Legais
102 (CTILs) dos CBHs mineiros, ocorrida no dia 18 de fevereiro. Na ocasião houve a
103 compreensão de que os comitês não têm competência para aprovar o requerimento,
104 e que não há óbice à utilização, desde que sejam respeitados os limites previstos no
105 Plano Orçamentário Anual (POA). Complementando as informações, o Sr. André
106 Marques, esclareceu que após consulta ao IGAM, houve um parecer favorável por
107 meio da procuradoria para a utilização do recurso, no entanto, até que haja o
108 completo entendimento sobre o uso desse valor, esse saldo será utilizado
109 inicialmente como um capital de giro, possibilitando o início das atividades da
110 AGEVAP, sendo repostado na medida que outros recursos forem repassados.
111 Finalizadas as falas, foi iniciada a votação da Deliberação Normativa sobre o tema,
112 sendo aprovado com 18 (dezoito) votos favoráveis. Sem mais itens em pauta, a
113 reunião foi encerrada por volta de 17h40.

114

115

SÔNIA MADALI BOSEJA CAROLINO

116

Presidente do CBH-Piranga